Etnografias possíveis: “estar” ou “ser” de dentro

Edlaine de Campos Gomes and Rachel Aisengart Menezes

Ocultar, revelar, assumir: antropólogos e suas fontes

> “(...) parecia-me interessante interrogar, como faz o fenomenólogo, a relação familiar com o mundo social, mas de maneira quase experimental, ao tomar como objeto de uma análise objetiva, até objetivista, um mundo que me era familiar, onde eu conhecia todos os agentes pelo nome, onde as maneiras de falar, de pensar e de agir me pareciam de todo naturais, e objetivar, num relance, minha relação de familiaridade com tal objeto, e a diferença que o separa da relação erudita à qual se pode chegar, como eu fazia na Cabília, por meio de um trabalho munido de instrumentos de objetivação, como a genealogia e a estatística”. (Bourdieu, 2005, p. 88)

1 A partir das experiências etnográficas das autoras e da percepção das emoções no campo analisa-se a relevância da proximidade – em seus distintos graus - do antropólogo na interação com os sujeitos observados. A tradição etnográfica, marcada pela relação com os outros, distantes tanto no sentido cultural quanto espacial, foi vastamente exercida e criticada. A autoridade etnográfica é objeto de constante reflexão na história da construção da identidade do antropólogo, seja para enfatizar o lugar e o papel da objetividade científica do saber antropológico ou para qualificar a presença dos distintos atores envolvidos na etnografia (Geertz, 1983; Clifford, 2002).

2 A explicitação ou não da experiência do antropólogo em campo no texto etnográfico é ponto de divergência no que tange à validade metodológica dos resultados. Estar inserido no campo, distante do cotidiano do pesquisador, seria condição de acesso ao conhecimento científico e de produção. Tratar o objeto de estudo como coisa durkheimiana é o pano de fundo. A tensão entre objetividade e subjetividade sempre foi relevante na pesquisa etnográfica. A separação entre Razão e Emoção pode ser traduzida da mesma forma - e talvez nas etnografias em sociedades complexas tal tensão seja ainda mais evidente. Para Rosaldo (1989, p. 21), termos como objetividade, neutralidade e

imparcialidade são, necessariamente, referidos a posições subjetivas na análise empreendida pelas ciências sociais. Para Crapanzano (1994, p. 110), a reflexão antropológica sobre as emoções reflete uma atitude ambivalente face aos afetos.

3 A inserção do antropólogo em um campo já conhecido, mas, sobretudo, vivenciado previamente à incorporação do ethos antropológico, levanta suspeita sobre a autenticidade, verdade ou capacidade de aplicação do método. Indagações podem surgir: em que medida o antropólogo é capaz de elaborar analiticamente a aproximação e o afastamento em relação ao que é pesquisado quando está inserido no mesmo contexto? Quais os limites do que se pode ou não investigar? A quem é atribuída a tarefa de delimitar a fronteira da diferença com o outro? Qual a importância da demarcação deste limite?

4 A publicação do diário de campo de Malinowski (1997) e as reações a ele, recheado de antipatia pelas pessoas, pelo lugar e agruras da inserção no campo, refletem questões metodológicas inerentes à disciplina. Favret-Saada (2005, p. 158), ao distinguir sua metodologia do estilo inaugurado por Malinowski e sua linhagem, assinala que "o diário de campo era para eles um espaço íntimo onde podiam enfim se deixar livres, reencontrar-se fora das horas de trabalho, durante as quais eram obrigados a representar diante dos nativos". Para a autora, o diário não representa "um espaço de recreação", mas um instrumento que fundamenta uma "operação de conhecimento", que está dissociada da noção de "empatia"[1].

5 Descrever o outro com presumida neutralidade, sem emitir valores pessoais nem esclarecer o processo de intercâmbio de experiências entre pesquisador e nativos é assumir a crença na objetividade do cientista. No entanto, para apreender o universo nativo é preciso contar com a sensibilidade e subjetividade do antropólogo. O motor da investigação é a vontade da verdade; uma vontade que comporta, intrinsecamente, a esfera das emoções. Indo além, o que está em jogo é tanto a contenção e o controle da expressão dos sentimentos do pesquisador no campo, quanto o uso de suas emoções na elaboração do texto. Neste caso, ao universo emocional do investigador é atribuída a dimensão de instrumento de pesquisa.

6 A partir desta consideração, indaga-se se são possíveis discursos que não sejam emocionais. Para Crapanzano (1994, p. 112) é evidente que toda enunciação contém uma dimensão afetiva, expressa no estilo do texto. Ela pode ser sublinhada, ignorada, mascarada ou negada no conjunto das convenções do discurso. Para ele, a idéia de um discurso emocional deve ser constitutiva da teoria (ou da ideologia) das emoções, em um dado contexto. Os afetos – nomeados, atribuídos ou representados – e a própria concepção de uma esfera emocional integram a organização conceitual das paixões de uma sociedade. As abordagens em torno do discurso emocional podem ser divididas em duas vertentes: a primeira tende a isolar a emoção de seu contexto social, posicionando-a no indivíduo. A segunda localiza o sentimento na relação entre os interlocutores, postura que enfatiza a dimensão política de todo discurso emocional, inclusive daquele que indica uma resistência a esta esfera. Para Crapanzano, localizar o afeto no indivíduo mascara o papel teórico da expressão e atribuição das emoções. Seria um sintoma do nosso individualismo (Crapanzano, 1994, p. 116).

7 A desconfiança em torno da metodologia adotada é a pauta das críticas às pesquisas que rompem com a distância e desafiam a relação pesquisador-objeto. Por mais que as reflexões sejam significativas e levantem discussões relevantes, às vezes a menção à proximidade pessoal do antropólogo com o campo dificulta ou impede a validação de seus

resultados pelos pares. Estes tendem a demandar e exigir a exposição da razão científica, aventando a possibilidade de contaminação nas reflexões, pelo envolvimento emocional pesquisador. Por um lado, estar próximo aparenta certa familiaridade, portadora quase inequívoca de um conhecimento. Na mesma medida, este conhecimento é tido como contaminado e impreciso, condição que invalidaria a inserção e o status acadêmico. Esquece-se que o antropólogo apreende instrumentos de pesquisa durante anos. Até o que seria uma familiaridade familiar, como classifica Bourdieu (2005), passa por um processo de reflexividade, que não exclui o que foi incorporado. Não é o mesmo olhar que está em jogo quando o pesquisador se dirige para pesquisar em campos com os quais mantém envolvimento afetivo. Segundo Bourdieu (p. 89), pesquisar "um mundo social que conheço sem conhecer, como sucede em quaisquer universos familiares" requer uma "verdadeira conversão epistemológica".

8 A estratégia de contato com informantes também passa por este crivo. Apesar do reconhecimento de facilidades de acesso a grupos sociais por informantes-chave capazes de estabelecer redes de contato, quanto mais próximos à rede social do pesquisador, usualmente dedica-se menor espaço a esta questão. A etnografia, como qualquer produção reflexiva, requer uma seleção do que pode e deve ser divulgado. Há uma escolha, a partir da hipótese elaborada, e um compromisso com os interlocutores. A ocultação está sempre presente na mudança de nomes, locais e na exclusão de certos fatos. Quando se trata de pesquisar a "familiaridade familiar", revelar ou não situações torna-se um nódulo reflexivo crucial, pois pode produzir uma sensação de traição. É novamente Bourdieu que colabora em nossa discussão, quando assume a emergência deste tipo de sentimento, pelo fato de ter utilizado dados de sua própria experiência em Béarn. Em suas palavras:

> "E a compunção objetivista de meu propósito prende-se decerto por um lado ao fato de que experimento o sentimento de cometer algo análogo a uma traição – o que me levou a recusar por muito tempo a reedição de textos que a publicação em revistas eruditas de difusão restrita protegia contra as leituras mal-intencionadas ou voyeuristas" (Bourdieu, 2005, p. 91).

9 Clifford (2002), ao transformar os antropólogos em "nativos", aponta quatro modos de autoridade etnográfica presentes na antropologia do século XX, dominada pela observação participante: experiencial, interpretativo, dialógico e polifônico. O autor argumenta que embora eles sejam discordantes, em todos, "a apresentação coerente pressupõe um modo controlador de autoridade". Ainda de acordo com este autor, "esta imposição de coerência a um processo textual sem controle é agora inevitavelmente uma questão de escolha estratégica" (Clifford, 2002, p. 58). Cabe frisar que "ser nativo" não constitui novidade nas abordagens sobre os limites e possibilidades do método etnográfico. Peirano (1999, p. 246) destaca que a "alteridade de dentro" é uma característica da antropologia brasileira, orientada por quatro tipos de alteridade: radical; contato com a alteridade; alteridade próxima; alteridade mínima[2]. Este último tem se configurado como um viés expressivo da produção das ciências sociais, que se propõe a problematizar "o próprio trabalho intelectual dos cientistas sociais" no país.

10 Neste artigo, a estratégia textual adotada pelas autoras parte de suas próprias trajetórias, que estão longe de serem lineares ou signatárias de um único modelo de etnografia. A emergência destas percepções específicas e significativas, no contexto de pesquisas etnográficas, as conduziu a refletir sobre "estar" e "ser" de dentro, ao mesmo tempo em que exerciam o ofício antropológico[3]. Dentre as várias etnografias empreendidas em suas carreiras, duas despertaram o desejo de tomá-las como foco de análise, por

representarem desafios teórico-metodológicos para as autoras: na rede familiar e em situação de enfermidade de um parente internado, no mesmo hospital em que já havia realizado trabalho de campo. Diversos sentimentos emergiram, devido à proximidade com o objeto pesquisado. Investigar na – e sobre a – família ou no próprio universo profissional de pertencimento implica reflexividade contínua. Não nos escapa a idéia de que este processo ocorre em qualquer tipo de investigação antropológica. No primeiro caso, o objetivo era analisar como o pluralismo religioso se apresenta e impulsiona – considerando combinações e conflitos – mudanças nas relações familiares e na configuração da família extensa. Já no segundo havia uma familiaridade com o habitus e ethos médico, pela formação profissional e dupla identidade: médica/antropóloga. Após a conclusão da pesquisa foi acrescentada uma terceira identidade, pelos imponderáveis da vida: de familiar de paciente internado no hospital já observado. À época outra pesquisa estava em curso, com profissionais de saúde desta mesma área. A aparente facilidade de acesso ao campo pode se converter em dificuldade. As posições ocupadas pelas pesquisadoras tanto podem ser objeto de auto-questionamento, pelas expectativas de (re)aproximação, quanto de dúvida e desconfiança dos pares. Indaga-se: seria diferente se pesquisássemos em universo mais distante? O processo reflexivo não deve sempre integrar a análise antropológica?

11 O recorte do material supõe ocultar dados por vezes esquecidos, propositadamente, em gavetas. É o antropólogo que, em suas etnografias, mesmo dialógicas, tem o controle final sobre a palavra. Ele decide selecionar, editar, publicar, fornecer o contexto apropriado e a orientação teórica, o que não é exceção na investigação antropológica, pois, por mais distante que seja o objeto de pesquisa – da inserção social, das referências culturais e da própria cosmologia do pesquisador – há, em algum plano, certo nível de identificação com o tema e com a questão (Crapanzano, 1991, p. 76). A investigação em campo próximo ao universo de inserção e pertencimento do antropólogo requer um escrutínio sobre seu posicionamento e identidade.

12 O fazer antropológico é composto pelo duplo movimento, de estranhamento e identificação. Para compreender o que é apreendido é preciso entrar em contato com as próprias emoções. Abordamos e analisamos aqui o tema da dupla pertença: em nosso caso, antropóloga/membro da rede familiar e antropóloga/médica/familiar de paciente.

Mais que familiar: a própria família[4]

13 Autores como Bourdieu (2005) e Abu-Lughod (1986) assumiram que seus familiares participaram de algum modo em suas pesquisas de campo. Em duas situações os pais de Bourdieu são citados como fontes significativas em sua análise sobre “estratégias matrimoniais no sistema de reprodução”. Um comentário banal de sua mãe sobre uma família vizinha provocou, em sua pesquisa sobre o celibato, uma mudança na formulação do modelo de regra de parentesco para o modelo de estratégia (Bourdieu, 2005, p. 92). Na mesma investigação sobre “não casáveis” o autor comenta que, em entrevistas com “velhos solteiros” da geração de seu pai, este o acompanhava e até mesmo o ajudava, “com sua presença e discretas intervenções” (Bourdieu, 2005, p. 91). Abu-Lughod descreve a importância e o significado da participação de seu pai no trabalho de campo que empreendeu entre os beduínos. Ao tomar conhecimento dos objetivos da pesquisa da filha, ele prontamente se organizou para acompanhá-la. Após grande insistência a autora aceitou a companhia, embora com certo constrangimento. Foi somente depois de viver

entre os beduínos por longo tempo, que ela pôde compreender a postura de seu pai. Ele era árabe e conhecia as tradições locais, nas quais o papel e o lugar da mulher são muito distintos do ocidente: "As an Arab, although by no means a Bedouin, he knew his own culture and society well enough to know that a young, unmarried woman traveling alone on uncertain business was an anomaly" (Abu-Lughod, 1986, p.11).

14 Não chega a ser uma novidade a ativação de contatos pessoais para abertura de redes que possibilitem a entrada em campo. A família é o reduto do privado, da proteção, do segredo em relação ao que rege o mundo externo. Assim, investigar a própria rede familiar é um desafio, pois poderia colocar em risco esses pressupostos. No entanto, esta não foi a primeira impressão de E. Gomes, quando das primeiras conversas com L. Duarte sobre os direcionamentos da pesquisa "Família, Reprodução e Ethos Religioso". O tema foi considerado de extrema relevância para a compreensão do campo religioso brasileiro atual. A inserção em uma ampla rede familiar de origem popular da Baixada Fluminense, com características expressivas acerca das mudanças ocorridas nas últimas décadas no panorama religioso, pareceu um caminho profícuo e digno de análise. Somando-se a esta condição, a própria trajetória intelectual da antropóloga, direcionada ao estudo da religião, fundamentava a realização da investigação. Desafio múltiplo, por acionar mecanismos de defesa, que partem dos distintos posicionamentos na própria rede social e familiar, e na academia, em níveis diferenciados de acordo com o lugar do pesquisador nestes espaços.

15 Em outras ocasiões seus familiares, vizinhos e amigos já haviam sido informantes. A então assistente de pesquisa funcionou como contato entre pesquisadores sênior e seus objetos de pesquisa, por ser quem era: originária da Baixada Fluminense e das camadas populares – por associação, pois integra um ramo ascendente do grupo familiar. Esta região, lugar de efervescência religiosa – do mesmo modo que favelas e áreas suburbanas consideradas como periferia – e, ao mesmo tempo, distante das áreas de prestígio social e acadêmico do Rio de Janeiro, sempre recebeu atenção das ciências sociais. O acesso foi facilitado, a partir da metade dos anos 1980, pelo crescente número de alunos de ciências sociais provenientes de áreas periféricas desta cidade, impulsionado particularmente pela experiência nos movimentos sociais que então proliferavam. Inicialmente, eles eram percebidos como "informantes privilegiados", pois supostamente teriam experiências anteriores que os habilitavam a compreender e dar mais agilidade ao campo. Estudar o próprio território ou seu grupo social ordenava as primeiras experiências de pesquisa de muitos dos estudantes das ciências sociais da geração de E. Gomes, e das seguintes. O status conferido era de auxiliar, importante para a realização de investigações acadêmicas – à época, subalternas na autoria.

16 Uma das mais significativas experiências foi a primeira pesquisa da qual participou[5], sobre o processo de conversão ao pentecostalismo em programas de televisão e rádio. Buscava-se verificar a eficácia das mensagens transmitidas e o tipo de vínculo estabelecido entre ouvintes/telespectadores e suas respectivas denominações. Tratava-se de estudo exploratório e inovador, que propiciou contato com os primeiros fundamentos teórico-metodológicos da Sociologia. As conversões a este ramo do cristianismo eram - e em grande medida ainda são - vistas como indissociáveis da condição econômica desprivilegiada da população. Portanto, ser da Baixada Fluminense possibilitaria um conhecimento prévio sobre suas características e um acesso mais direto a seus habitantes. Primeira pesquisa e primeira associação entre investigadora e seu local de origem. Neste e em outros estudos, nos quais atuou como auxiliar, determinadas pessoas de sua relação

mais íntima foram acionadas (parentes, vizinhos, amigos), seja como informantes seja como contato para abertura da rede.

17 Portanto, para E. Gomes não constituiu novidade investigar no próprio meio social. A diferença reside na condição de pesquisadora no empreendimento atual, quando passou de auxiliar e informante-meio a pesquisadora-autora. O processo reflexivo ocorreu durante toda a pesquisa, desde o primeiro aceno de L. Duarte sobre a possibilidade de investigar a própria família, já que em seu grupo de discussão sobre o campo religioso brasileiro conexões e exemplos da vivência pessoal e familiar da antropóloga eram recorrentes. A proposta foi aceita, esclarecendo que, desde o início do projeto, não foi aventada a hipótese de elaboração de uma autobiografia – partindo de ego, como na produção de árvore genealógica moderna – ou de um inventário e/ou (re)construção da história da família auto-referenciada. O foco centrou-se na receptividade ou rejeição às mudanças de religião dos integrantes da rede, e nas maneiras como a convivência pluri-religiosa afetava a organização e as relações cotidianas da família.

18 Nos anos da pesquisa a questão da dupla pertença não constituía preocupação essencial de E. Gomes. A investigação na própria rede familiar somente passou a se configurar como um problema central, a partir das primeiras apresentações públicas do material. Nestes encontros surgiram reações contundentes, referentes à validade da etnografia empreendida. A decisão de explicitar o duplo pertencimento do pesquisador, conjugando trajetória familiar e acadêmica, provocou tensões, tentativas de esclarecimento externo – no caso dos interlocutores – e interno, principalmente a partir da retomada do contato com a rede familiar mais ampla. Em seu grupo familiar, assumir a posição de pesquisadora dedicada a analisar sua própria família, também propiciou discussões intensas, prioritariamente no núcleo mais íntimo, por ser mais intelectualizado e, portanto, próximo o suficiente para colaborar ou questionar os procedimentos da pesquisa. A leitura dos textos produzidos e publicados também fez e ainda faz parte dessa interação.

19 No universo da antropologia ser "nativo" assumia dimensões não prestigiosas e tornava-se relevante fator para o não reconhecimento da cientificidade da análise empreendida. Debates metodológicos surgiram em diferentes momentos e níveis de aceitação, quando certas questões se apresentaram, como relação sujeito-objeto, "experiência próxima versus experiência distante" (Geertz, 1983), "observar o familiar" (Velho, 1978), transformar o "exótico em familiar" e o "familiar em exótico" (Da Matta, 1978) e, ainda, o "de perto" e "de dentro" (Magnani, 2002) – nódulos em permanente discussão na antropologia. Vale ressaltar que grande parte do debate ocorreu à revelia dos fóruns oficiais, após apresentações em grupos de trabalho, em situações de sociabilidade, nas quais as animosidades e os enfrentamentos teóricos são norteados pela cortesia. O tratamento cortês se manifestava principalmente quando havia algum tipo de reconhecimento – afetivo – entre os pares. Pelo menos duas posições emergiram: uma provocativa, que indicava descontentamento metodológico, e outra que evidenciava certa angústia de pesquisadores que, de alguma maneira, realizavam etnografias baseadas em redes de pertencimento ou de conhecimento pessoais, sem que suas fontes fossem reveladas. A tônica girava em torno de uma "certa coragem" em assumir publicamente a pertença e enfrentar o debate.

20 O primeiro artigo publicado com resultados da pesquisa (Gomes, 2006a; Duarte et al., 2006) provocou grande interesse nos familiares mais íntimos[6]. Na noite do lançamento E. Gomes estava hospedada na casa de um irmão que residia próximo ao evento. Ao ver o livro, sua primeira atitude foi verificar se informações secretas sobre os parentes eram ali

veiculadas. Determinados trechos foram então lidos em voz alta, diante de alguns parentes e da pesquisadora. O desejo era reconhecê-los nas situações e nas falas citadas no artigo. No texto não constavam nomes nem descrições muito precisas, já que se tratava da análise de temas vinculados à sexualidade e reprodução. E. Gomes foi submetida a um “inquérito”, com vários questionamentos: uns ligados à fofoca e outros em torno da vergonha. O comentário de uma tia é ilustrativo: “Mas você disse essas coisas aí? Que vergonha!!” Ela havia declarado, em entrevista, que nunca conversara sobre sexo com suas filhas, pois elas “aprenderam na escola, na televisão e com as amigas”. A vergonha de falar de sexo manteve-se como sentimento quando o tema se transformou em palavras escritas (impressas e expostas). Apesar de, à época da entrevista, estar ciente do uso das informações, além do fato desta questão ter sido apenas mencionada, ela se sentiu constrangida – e a pesquisadora também. Apelando para a racionalidade, E. Gomes explicitou os objetivos da análise: não se tratava de expor as pessoas a fofocas, mas de analisar como/se a religião modela o comportamento sexual e reprodutivo das mulheres.

21 Apesar do esclarecimento, a dinâmica fofoca-vergonha prosseguiu. Informações foram reveladas, outras escondidas. Aquelas consideradas mais dramáticas, vinculadas em especial à segurança de membros do grupo, não foram liberadas para exposição. A própria ‘proibição’ consiste em um importante dado para a análise, pois integra a dinâmica segredo-fofoca, tão cara às relações sociais.

22 Ressalta-se que a trajetória de E. Gomes – e de seus irmãos – apresenta um caráter diferencial em relação à rede familiar de origem, marcadamente de camada popular. O ramo a que a pesquisadora está associada se estruturou em torno do investimento na educação formal, se distinguindo sobremaneira dos outros nove núcleos familiares que compõem a rede mais extensa. O acesso, a permanência e a conclusão dos estudos constituíam ponto de honra para os pais da antropóloga. Eram percebidos como processo obrigatório e incontestável. Caçula e única filha entre cinco irmãos recebeu atenção especial: foi matriculada na instituição de ensino mais prestigiosa da cidade em que residiam. Seus dias eram tomados pelas atividades no colégio, espacialmente distante do bairro e da rede familiar. A rigidez de sua educação era enfatizada pelo controle de suas ações, inclusive quanto à sua ‘circulação’ pelas casas de parentes e pelo bairro, sem a companhia dos pais ou irmãos. O afastamento em relação à família extensa e ao bairro era a tônica. O acesso à universidade acentuara essa característica. De certo modo, sempre esteve distante – embora não alheia - da lógica que estrutura o universo familiar da rede estudada. O caráter individualizante de sua formação pautou a imersão no campo. “Olhar de fora” a própria família, por mais complexa que seja tal relação, não lhe pareceu dissonante do exercício do ofício antropológico.

23 O estranhamento (empatia ou antipatia), a aproximação e o afastamento analítico constituíram o processo da pesquisa. Como em qualquer trabalho de campo, estratégias de inserção e de negociação entre antropólogos e “nativos” são acionadas. A afetação é mútua, nos termos de Favret-Saada (2005), seja qual for o método envolvido. Esta relação entre pesquisador-pesquisado foi enfatizada por Orlandella (2005), ao ressaltar a importância para sua vida do trabalho desenvolvido por William Foote Whyte. No artigo “O impacto Whyte sobre um Underdog”, Orlandella (2005) explicita que sua vida não foi afetada apenas enquanto exercia seu papel de informante e ajudante do pesquisador, mas foi integralmente transformada.

24 A maior relevância da família em relação à pesquisadora-nativa ocorreu na retomada de laços de proximidade, acompanhados por uma série de prestações e contra-prestações. A

(re)inserção na família, promovida pela investigação, se refletiu substancialmente na pesquisadora e na construção do projeto de estudo. De certa maneira, houve um encontro – longe de ser sem tensão – entre o indivíduo-projeto (Velho, 1994) e a pessoa relacional que, em contexto de família extensa de camada popular, apesar dos atravessamentos do modelo de família moderna, ainda possui um valor primordial. Este movimento, orientado pelos instrumentos da antropologia, conduziu E. Gomes a perceber dinâmicas e transformações nas relações familiares. Exemplo paradigmático é a centralidade das festividades organizadas pelos diferentes ramos da rede. A reciprocidade é esperada e se relaciona ao convite e à presença nos eventos. A importância deste circuito de trocas fez emergir lembranças, anteriores à pesquisa, sobre os convites recebidos para casamentos, festas de aniversário e outras comemorações, que foram simplesmente desconsiderados, por motivos diversos. A proximidade/afetividade restringia-se ao próprio ramo familiar e às relações de amizade estabelecidas, em sua maior parte, fora das fronteiras do bairro e da família. Neta mais velha e membro de um núcleo socialmente ascendente, E. Gomes constatou "seu lugar" quando, finalmente, depois de anos realizando a pesquisa, participou de um aniversário da filha de um de seus primos. Sua presença foi amplamente notada e comentada. Lembrou-se que anos antes havia promovido uma festa para sua filha, para a qual convidou todos os parentes. À ocasião recebeu convites para aniversários das crianças da família mais extensa. Não compareceu. Quando passou a analisar as relações de prestação e contra-prestação dentro da rede e a reciprocidade nos vínculos familiares, percebeu o quanto estava distante desse universo. De alguma forma este foi um momento crítico no andamento da pesquisa. A presença nas festividades gerava expectativas que não se relacionavam com a investigação, mas com o contato mais próximo de um familiar que esteve distante e que, finalmente, apareceu para partilhar momentos festivo-afetivos.

25 Em uma passagem do "Esboço de auto-análise" (2005) Bourdieu revela que, com freqüência, puxava assuntos sobre problemas que lhe interessavam investigar. Em alguns momentos tinha dúvidas se "gostava mesmo das pessoas, como cheguei a acreditar um tempão, ou se não acabara lhes dirigindo apenas um interesse profissional, que também pode implicar uma forma de afeição" (Bourdieu, 2005: 94). E. Gomes também teve esta sensação, ao se dar conta de que não estava apenas pesquisando. Tratava-se, concomitantemente, de uma re-inserção na família. Seus atributos – a mais velha entre onze netas, com nível superior, independente, individualizada – não haviam sido objetivados em qualquer outro momento. Este processo de "dar-se conta" de seu papel no arranjo familiar conduziu a uma complexificação da reflexão em torno dos dados. Uma sensação boa surgiu, referente à aproximação, ao rever pessoas ou conhecer as novas gerações. No entanto, a aproximação ocorreu no âmbito de uma pesquisa. E. Gomes é tanto integrante da família – ainda que distante da rede mais ampla – como antropóloga. Os anos de 'treinamento antropológico' não são postos de lado em qualquer situação. Como aponta Bourdieu, mesmo nas ocasiões mais cotidianas, o olhar está moldado pela antropologia.

26 As reações da família foram as mais díspares em torno dos sentidos da pesquisa: do desconhecimento total, em sua maioria, sobre o que é etnografia, até a discussão sobre os procedimentos e a leitura crítica dos textos produzidos. De fato, ninguém, inclusive no próprio núcleo da pesquisadora, compreendia o que significa ser cientista social: "afinal de contas, para quê serve?". O prestígio era atribuído à formação universitária, e não ao reconhecimento ou esclarecimento da função profissional. Algumas situações são

exemplares e explicitam diferentes interações entre sujeito e objeto neste tipo de campo. Uma prima em primeiro grau apresentou a pesquisadora a seu companheiro, como “aquela prima que faz árvore genealógica. É só dizer seu nome que ela vai descobrir de onde você veio”. Longe de pensar em desqualificação da parentela em relação à figura do investigador, pelo desconhecimento do ofício do antropólogo, a situação evidenciou que as definições a respeito do status profissional prescindiam de precisão. O mesmo pode ser dito quanto ao esclarecimento acerca do tema da pesquisa: mudanças (tensões e acomodações) provenientes do pluralismo religioso na esfera familiar em camadas populares. Neste caso, não se tratava de subestimar a qualidade das impressões que o “antropólogo” gerava na relação estabelecida com os “próximos”. Ao contrário, tratava-se de admitir que o fenômeno abordado não era classificado com o mesmo grau de importância analítica para a vida daquelas pessoas. Na verdade, era pouco relevante. Não constituía uma questão. Sabiam que primos, tias e sogras não mais compartilhavam da mesma religião, fato menos crítico para as gerações mais novas. Narravam os incômodos gerados, com a adoção de práticas religiosas “fechadas”, “chatas” ou exclusivistas, no jargão dos antropólogos da religião. A nova vida – o renascimento – promovida pela conversão também era ressaltada, seja pelos convertidos, seja pelos parentes que não professam a mesma religião, reconhecendo o papel positivo da mudança de religião, inclusive entre aqueles que se opunham mais fortemente à entrada do pluralismo na família. A convivência mais ou menos pacífica, as antipatias e simpatias se mostravam no cotidiano das relações familiares. A constatação era que a religião – em seu sentido amplo – dava sentido à trama familiar, era expressa em conflitos, quase sempre não explícitos, e acomodações.

27 Na relação com os mais chegados passou a ser difícil perceber se a religião surgia nas conversas por se tratar de um tema latente e central, ou se era citada em virtude da presença da parente-pesquisadora. Era só E. Gomes chegar, para receber alguma notícia relacionada à investigação. Não havia receio de falar mal dos “parentes-crentes” quando se tratava dos católicos. A intimidade e proximidade, de familiar e pesquisadora, servia quase como motor para a insurgência dos posicionamentos religiosos. A investigação passou a ocupar espaços significativos na convivência familiar da pesquisadora. A antipatia para com os “crentes” era creditada como um sentimento compartilhado por todos ou, pelo menos, provocando uma reação emocional semelhante.

28 Durante muito tempo o ramo católico da família de E. Gomes – seu núcleo familiar – temeu que seu trabalho junto aos pentecostais se transformasse em adesão religiosa. De fato, as duas dimensões se confundiam para aqueles que não compreendiam o ofício do antropólogo. A imersão no campo, com idas freqüentes às igrejas e contatos constantes com integrantes dessas confissões sempre foi percebida como um risco, especialmente pela liderança do núcleo familiar da pesquisadora, originalmente católica. Em diversas oportunidades a antipatia pelos evangélicos em geral, e pelos pentecostais em particular – expressa abertamente, pela líder da família – foi enfatizada como meio de demonstrar a insatisfação ou a quase impossibilidade de aceitação de uma possível conversão de sua prole. Quando se tratava de entrevistas ou conversas em torno dos objetivos da pesquisa, havia relativizações acerca da positividade das conversões que, afinal, teriam surtido efeito regulador sobre os “crentes” que, reconhecidamente, teriam transformado suas trajetórias, antes desviantes. Casos de alcoolismo e transgressões sexuais serviam de exemplo.

29 A permanência em constante “estado etnográfico”, hábito adquirido nos anos de pesquisa em religião, funcionou como termômetro da conexão estabelecida externamente entre o tema, a pesquisadora e a família. O pluralismo estava lá, rejeitado por uns e comemorado por outros. A emergência das novas opções religiosas estava presente nas conversas, intrigas e fofocas, mesmo antes de a pesquisadora tentar objetivá-las.

De observadora a familiar de paciente: o retorno ao campo de investigação[7]

30 Em março de 2004 R. Menezes defendeu a tese de doutorado intitulada “Em busca da ‘boa morte’: uma investigação sócio-antropológica sobre Cuidados Paliativos[8]. A observação de congressos e cursos sobre a recente modalidade de assistência em saúde denominada Cuidados Paliativos[9], direcionada a portadores de doença crônica degenerativa – câncer e AIDS, entre outras – diagnosticados como “fora de possibilidades de cura” (ou, em terminologia mais corrente, terminais), possibilitou o embasamento para esta pesquisa. Paralelamente, realizou-se observação etnográfica durante cerca de um ano – complementada por vinte e duas entrevistas semi-estruturadas com profissionais de saúde – no primeiro hospital público brasileiro construído especificamente com esta finalidade: o Hospital do Câncer IV, do Instituto Nacional do Câncer, na cidade do Rio de Janeiro.

31 Alguns esclarecimentos se fazem necessários, no que diz respeito à inserção da pesquisadora no campo de investigação. Além de antropóloga, tem como primeira identidade profissional a formação em medicina, com especialização em psiquiatria e psicanálise. Desde o início da pesquisa no Hospital do Câncer IV surgiram dilemas éticos, a partir da dupla identidade assumida. O Comitê de Ética do Hospital do Câncer somente autorizou a observação etnográfica e a realização de entrevistas com profissionais mediante a apresentação do registro no Conselho Regional de Medicina. Foi então explicitada verbalmente a impossibilidade de pesquisa, na instituição, de investigadores de outras áreas que não as da saúde, como sociólogos e antropólogos. Assim, ingressou no campo de observação como médica visitante, exercendo, no entanto, o ofício de antropóloga. Para a equipe de saúde observada tratava-se de uma “colega”.

32 Durante todo o período em que freqüentou o hospital usou compulsoriamente, a exemplo dos médicos da instituição, um jaleco branco comprido e crachá com foto, nome e número de CRM, identificando-a como médica visitante. Este fato acarretou inúmeras situações ambíguas e complexas, tanto com membros da equipe de saúde quanto com doentes e seus acompanhantes. Em diversas ocasiões, técnicos de enfermagem ou enfermeiros solicitaram que assinasse e carimbasse receitas de medicamentos controlados, o que não era possível, pela condição de observadora. Até que ficasse claro o motivo da presença no hospital, a recusa suscitou reações, como: “mas você não é médica? Então qual o problema?”. Em outros momentos, explicações teóricas acerca de questões médicas, como efeitos colaterais da terapêutica, interações medicamentosas ou, ainda, acerca de resultados de exames, constituíram objeto de demandas. Face ao desconhecimento sobre estes temas, recebeu respostas como: “mas você não está fazendo um doutorado em Cuidados Paliativos? Então deve saber muito para explicar! Deve estar por dentro das últimas novidades farmacológicas para controle da dor!”.

33 A visita domiciliar a um rapaz de vinte anos, com um tumor na coluna e impossibilitado de se locomover, é ilustrativa. Inicialmente, a enfermeira conversou com a mãe do paciente, na sala. Enquanto observava esta conversa, o pai do doente chegou e, ao ler o crachá usado por R. Menezes, perguntou se poderia aferir a pressão de sua mãe (avó do rapaz), uma senhora de idade, deitada em um sofá. Antes de conseguir esboçar qualquer reação, a enfermeira passou o aparelho de pressão e o estetoscópio, dizendo: "enquanto verifico a medicação você vai tirando a pressão dela, está bem?". Não havia alternativa: ali, a antropóloga/pesquisadora era uma médica. Dirigindo-se aos familiares, explicou: "ela está me acompanhando como médica visitante, não faz parte da equipe da visita domiciliar". Pouco depois ela dirigiu-se ao quarto para examinar o doente e fazer o curativo, quando solicitou a ajuda de R. Menezes, tanto na avaliação do grau de edema quanto para executar tarefas simples, como abrir pacotes de gaze e cortar esparadrapo.

34 Empreender uma pesquisa qualitativa em um hospital, a partir de perspectiva antropológica, causa estranheza na equipe. Entretanto, o objeto da investigação foi o que produziu, recorrentemente, surpresa entre os profissionais de saúde. Para eles, uma médica – com especialização em psiquiatria e formação psicanalítica – deveria se interessar por outros temas, como o processo de luto de pacientes e de seus familiares, as perturbações mentais no último período de vida e, sobretudo, a depressão.

35 Investigar o ideário dos Cuidados Paliativos, as práticas e as representações a elas associadas, produzidas pela equipe paliativista, em torno da construção da "boa morte", não integrava o universo de reflexão dos profissionais. Sem dúvida, durante o período de observação, este dado produziu diversas e variadas reações, como no atendimento domiciliar referido. Apesar de informada sobre os objetivos de sua presença, ao final da visita, a enfermeira disse-lhe: "agora você está sentindo o que é o trabalho em assistência domiciliar. Se escolher este tipo de atendimento já tem uma idéia do tipo de caso". Em seguida, discorreu sobre os distintos processos do morrer. Para ela, o caso do rapaz era típico de uma morte extremamente lenta e com grande sofrimento para todos os envolvidos – "é daqueles que não gostaria de acompanhar até o final, é terrível, sofro muito" – em comparação com a visita domiciliar anterior, à residência de um casal idoso – "ela vai morrer como um passarinho". Estes comentários indicam que, apesar de, explicitamente, a enfermeira considerar a possibilidade de inserir a pesquisadora como médica na equipe paliativista, de algum modo havia compreendido os objetivos da investigação.

36 O universo de paliativistas brasileiros ainda é restrito, de forma que, ao observar congressos nacionais, R. Menezes pôde conhecer, à época, a maior parte dos profissionais de saúde envolvidos com esta modalidade assistencial. Em todo o período em que freqüentou o Hospital do Câncer IV e manteve contato com sua equipe, uma pergunta foi recorrente: quando iria defender a tese e divulgar os resultados da investigação. Quando a data da defesa foi marcada, esta informação foi veiculada à equipe e à direção do hospital. Diversos profissionais de saúde confirmaram sua presença. No entanto, apenas uma médica assistiu à defesa. Pouco depois um exemplar da tese foi doado à equipe do hospital observado, mas não houve interesse em discuti-la. Este dado não constituiu surpresa para a antropóloga, pois repetiu uma situação que ocorreu durante a pesquisa desenvolvida no mestrado[10]. Desta feita foi realizada etnografia de um centro de tratamento intensivo de um hospital público universitário. Pouco após a defesa da dissertação, R. Menezes foi convidada pelo centro de estudos de outro hospital para apresentar a pesquisa e houve convites para eventos e conferências em congressos na área da saúde, o que lhe

possibilitou levantar a hipótese de que a análise de uma determinada instituição acarretava interesse em outras equipes, mas não na observada[11].

37 A observação de cursos, congressos, consultas médicas e discussão clínica de casos possibilitou um acesso ao ideário dos Cuidados Paliativos e a suas formas de implementação na prática. Nas entrevistas foi possível apreender as representações dos profissionais dedicados à causa da "boa morte". A investigação produziu, ainda, outra conseqüência não prevista na elaboração do projeto: o aprendizado de recursos técnicos referentes ao controle da dor, ao uso de opióides, às dosagens dos medicamentos, aos tratamentos adequados para os distintos tipos de câncer, entre outros. O fato de R. Menezes possuir formação médica foi decisivo para tal, pois a linguagem técnica já havia sido incorporada anteriormente. Deste modo, novos conhecimentos da fisiologia, patologia e terapêutica dos pacientes "fora de possibilidades terapêuticas" foram adquiridos pela pesquisadora médica/antropóloga, o que seria praticamente impossível para um antropólogo sem formação prévia na área da saúde.

38 Se, por um lado a dupla identidade possibilitou a entrada no hospital observado, por outro acarretou a necessidade de maior reflexão sobre a posição do pesquisador – o que não é, e nunca deve ser, exclusivo desta condição dupla, pois integra a prática etnográfica. Para efetuar a análise do material sempre é preciso um movimento de afastamento e aproximação do objeto da investigação, o que é amplamente reconhecido por etnólogos, desde os primórdios da antropologia.

39 Em dezembro de 2004 foi lançado um livro baseado na tese de Doutorado (Menezes, 2004) [12]. A recepção desta obra pelos militantes da causa da "boa morte" foi muito positiva. À ocasião a pesquisadora recebeu diversas mensagens de médicos, psicólogos, enfermeiros e assistentes sociais paliativistas, agradecendo a publicação e a possibilidade de divulgação da proposta paliativista no Brasil. Aos comentários contendo elogios somavam-se pedidos de envio do livro para universidades e hospitais, com a finalidade de indicação de leitura obrigatória em cursos sobre o tema. À semelhança do uso de textos sócio-antropológicos (Gomes, 2004, 40;Silva, 2006) sobre religião pelas instituições religiosas como forma de legitimação – notadamente as igrejas evangélicas e as religiões afro-brasileiras –, os militantes paliativistas perceberam a publicação de um livro especificamente dedicado aos Cuidados Paliativos como prova da importância do assunto. Assim, R. Menezes passou a ser vista como integrante da causa da "boa morte" no Brasil. Desde o primeiro contato com os Cuidados Paliativos a pesquisadora sentiu uma certa empatia pelo projeto, em especial, por sua proposta de uma assistência mais humanizada, em oposição à medicina tecnologizada, "desumana". Na observação percebeu o risco de uma empatia acentuada, podendo chegar até a simpatia. A possibilidade de uma expectativa – por parte dos profissionais desta especialidade – de aderência à causa paliativista se apresentou desde o ingresso no campo de observação.

40 O fato de estudiosos se dedicarem a um determinado tema enfatiza sua relevância em um contexto, o que não implica, necessariamente, a "conversão" a uma causa. Cabe ressaltar que, apesar de ser tida como defensora dos Cuidados Paliativos por profissionais de saúde desta área, em nenhum momento a pesquisadora se posicionou desta forma. O interesse em investigar esta recente modalidade assistencial integra um universo mais amplo de reflexão, direcionado à antropologia do corpo, sexualidade, emoções, saúde, doença, medicina e da religião. Não cabe aqui desenvolver o embricamento destes campos de estudo, mas vale ressaltar as articulações entre eles, por possibilitar um entendimento das relações sociais e identidades dos sujeitos na sociedade ocidental contemporânea.

41 A equipe do Hospital do Câncer IV foi convidada para o lançamento do livro de R. Menezes, mas nenhum membro esteve presente. À ocasião, um fato foi mais significativo do que a ausência destes profissionais: a impossibilidade de comparecimento de um primo da pesquisadora, de 46 anos, doente, com diagnóstico de câncer. Cerca de dois meses antes ele sentiu dores e notou aumento de gânglios. Procurou atendimento na cidade em que morava, sem alteração do quadro. A pesquisadora sugeriu que ele viesse para o Rio, para consultar um especialista. Como era autônomo, não possuía emprego fixo nem seguro-saúde buscou atendimento em um hospital público. Os exames constataram uma neoplasia e ele foi encaminhado para o Hospital do Câncer I para tratamento. Com o diagnóstico, retornou ao Rio de Janeiro, passando a residir com sua mãe. Ambos entraram em contato com R. Menezes, indagando acerca da possibilidade de acompanhá-lo nas consultas no Hospital do Câncer I – como prima/médica –, ao que respondeu afirmativamente. A demanda pode ser entendida pelo fato de o grupo familiar considerá-la, prioritariamente, como médica. Além deste aspecto, a solicitação também pode ser compreendida de outra forma: como possibilidade de apoio emocional, diante de uma doença associada ao estigma da morte e relacionada ao atendimento em saúde em hospital público. Até aquele momento seu primo sempre foi atendido em consultório privado. A família de R. Menezes pertence às camadas médias da zona sul do Rio de Janeiro, o que, geralmente, significa acesso a clínicas e consultórios privados, seja mediante seguro-saúde ou por meios próprios. Assim, a assistência em saúde pública não costuma integrar o universo de opções da família – como de outras do mesmo estrato social –, à exceção de situações de emergência.

42 Ao mesmo tempo em que entregava os originais do livro aos editores, a pesquisadora passava a freqüentar o ambulatório do Hospital do Câncer I, um hospital até então desconhecido – tanto no que diz respeito à estrutura física e espacial quanto em termos de contatos pessoais –, como familiar de paciente, médica e antropóloga, uma vez que não é possível uma dissociação desta identidade, intimamente imbricada com as outras. Acompanhar um doente nas consultas médicas de um hospital público proporcionou novas observações em torno do tema de seu interesse: a instituição médica. O tempo de espera, o formato da consulta e, especialmente, os diálogos entre médico e paciente constituíram objeto de novas reflexões, aprofundando as anteriormente empreendidas. Desde as primeiras consultas R. Menezes foi tratada como "colega" pela equipe de saúde. À exceção das recepcionistas, que desconheciam sua identidade profissional, nenhum profissional dirigiu-se a ela como familiar de paciente. Este dado indica um aspecto relevante: entre equipes de saúde, a identidade pessoal e familiar é subsumida à profissional.

43 É possível acrescentar a estas questões o viés referente à inserção social: a maior parte dos pacientes ali atendidos pertence a camadas populares ou franjas mais baixas de camadas médias – diversamente do primo de R. Menezes. Sua estranheza por não ser tratado como estava habituado – um atendimento "mais pessoal" – e, sobretudo, uma dificuldade de aceitação dos códigos da assistência pública, expressa sob diversas formas, desde buscar um "jeitinho" (Barbosa, 1988; Da Matta, 1990) de passar à frente na fila dos doentes até a revolta pela demora no atendimento, contrastavam com a conduta paciente dos outros doentes e familiares na sala de espera.

44 R. Menezes foi apresentada por seu primo a diversos médicos do Hospital do Câncer I como a prima médica, pesquisadora e especialista em Cuidados Paliativos, provavelmente como recurso a um tratamento diferenciado. Este tipo de situação provocou certo

constrangimento na antropóloga, por não condizer com seus princípios igualitários. Entretanto, apesar de discordar desta iniciativa, em diversas ocasiões a condição de médica proporcionou algumas facilidades, como acesso mais rápido a resultados de exames, inclusive a confirmação de um teste por telefone, o que não é prática usual da instituição. Por outra perspectiva, em certos momentos, o fato de investigar os Cuidados Paliativos produziu reações negativas, reiterando um dado anteriormente observado na etnografia, pois a especialidade era avaliada negativamente pelos demais médicos, sendo a expressão “especialista em atestado de óbito” muito freqüente à época. Ao saber da pesquisa e do livro publicado, um médico disse-lhe: “espero que seu primo não precise dos Cuidados Paliativos, estamos fazendo tudo para que ele não vá para lá, para o Hospital do Câncer IV”. No entanto, apesar do tratamento para a cura da doença e do investimento da equipe, foi o que ocorreu.

45 A partir do avanço da doença e da não resposta ao tratamento, ele recebeu o diagnóstico de “fora de possibilidades terapêuticas” e foi encaminhado para o hospital previamente observado. Nesta data ele já havia lido o livro de R. Menezes. O enfermo recebeu a informação de que passaria a ser assistido em unidade paliativa em uma consulta em que ela o acompanhava. A médica disse: “você vai ser atendido por especialistas...”, quando foi interrompida pelo doente, que afirmou: “sei o que você está me dizendo; já li o livro. Não tem jeito então”[13].

46 R. Menezes retornou ao Hospital do Câncer IV, após cerca de dois anos do término da observação, como familiar de paciente internado. Anteriormente havia observado o percurso de doentes e familiares nesta instituição. Desta feita, nos termos da equipe paliativista, passou a compor o “time de cuidadores”. As reações dos profissionais, ao tomarem conhecimento de seu parentesco com o novo paciente, foram muito semelhantes. Por um lado, alguns médicos e enfermeiros lamentaram a situação, dizendo: “que coincidência, e ainda por cima um quadro tão grave!”. Por outro, diversos profissionais se referiram à possibilidade de ajudá-lo, a partir dos conhecimentos técnicos adquiridos sobre Cuidados Paliativos e controle da dor[14] ao longo da observação etnográfica. Uma médica, com a qual manteve um maior contato durante a observação, se colocou à disposição: “se precisar de algo, é só telefonar para o meu celular”. A partir destas reações, é possível afirmar que R. Menezes foi reconhecida inicialmente como familiar de paciente, a seguir como médica e, por fim, como interessada nos Cuidados Paliativos – o que não significava, necessariamente, para os profissionais de saúde, uma identidade de antropóloga e pesquisadora.

47 A partir do encaminhamento para o Hospital do Câncer IV a conduta de R. Menezes se transformou, provavelmente por duas razões: a primeira concernente ao conhecimento prévio da equipe e da instituição, e a segunda à piora da condição de seu primo. Anteriormente, no outro hospital, evitou utilizar o “jeitinho” para conseguir determinadas prerrogativas. Já na unidade paliativa, posicionou-se como familiar e médica, com alguns conhecimentos sobre Cuidados Paliativos. Ao acompanhar a trajetória de seu primo, em diversas circunstâncias percebeu que atuava como uma paliativista em busca de alívio dos sintomas do doente. O fato de ter realizado a investigação neste hospital possibilitou tanto uma familiaridade com a rotina institucional e com a equipe, quanto um aprendizado farmacológico. Conforme referido, caso a pesquisa fosse efetuada por um antropólogo sem vínculos profissionais com a medicina, é provável que a apreensão de um corpo de conhecimentos técnicos em torno de medicações não pudesse ser adquirida nem aplicada na prática.

48 À dupla identidade inicial – médica e antropóloga – somou-se outra: de familiar de paciente, com o surgimento do câncer de seu primo. R. Menezes já havia empreendido um estudo etnográfico neste hospital e não era seu propósito, à ocasião, uma análise acerca da situação. Entretanto, o retorno ao campo da investigação provocou a emergência de sentimentos, confirmou hipóteses anteriormente formuladas e instigou novas reflexões.

49 A atitude dos profissionais em relação à médica/familiar/antropóloga ilustra o modo de gestão dos sentimentos da equipe paliativista: R. Menezes sempre foi tratada como “colega”. Em nenhum momento foi considerada uma familiar de paciente, o que pode ser ilustrado por dois episódios. No primeiro, telefonou para uma médica para saber o resultado de um exame de seu primo. Ela explicou o laudo e complementou: “sabe que foi muito difícil fazer o exame? Pois é, também com aquela louca lá, a mãe dele é louca, ficou chorando, atrapalhou a execução do procedimento!”. A “louca” era a mãe do paciente, extremamente angustiada pela piora de seu filho. Assim, para a médica, não havia qualquer nexo entre a mãe do doente e a pesquisadora. Entretanto, ela é, de fato, sua tia. A segunda situação também ocorreu a partir de um telefonema, quando comunicou a morte de seu primo à médica responsável. Ela disse então: “finalmente descansou. Você está aí com a mãe dele? A esposa e filhos já sabem? Como eles estão? Você está cuidando deles? Por favor transmita a eles que sinto muito”. Este comportamento se repetiu em outra ocasião, quando encontrou outra médica deste hospital: “como vai a mãe dele? Coitada...”. Estes exemplos evidenciam a construção de um determinado modo de gestão das emoções pelos paliativistas diante da morte (Menezes, 2005), no qual a equipe de saúde e, especificamente, o médico, estariam imunes a qualquer sentimento.

50 Os comentários evidenciam a dissociação efetuada por estes profissionais de saúde em relação à identidade de R. Menezes. Para eles, a referência inicial permaneceu: conheceram-na como “médica visitante”, ao ingressar no hospital para empreender a observação etnográfica. Seu retorno à instituição como prima de paciente não foi levado em conta pelos profissionais. Em suma, seu vínculo afetivo e familiar foi desconsiderado – o que demonstra uma dificuldade, por parte da equipe, no lidar com as emoções envolvidas no acompanhamento de um homem de 46 anos e de seus familiares. A referência à idade é um dado relevante: quanto mais jovem o doente, maior a mobilização emocional da equipe de saúde. Consideram-se aqui as categorias de idade como construções históricas, sociais e culturais. Na contemporaneidade, a juventude é extremamente valorizada, e este dado se reflete na avaliação e no investimento de equipes de saúde (Menezes, 2006: 68). A possibilidade de identificação dos profissionais de saúde com a situação vivenciada por R. Menezes provavelmente provocou esta dissociação.

51 Cabe ressaltar que esta forma de lidar com o universo emocional não se restringe a esta especialidade, mas integra um habitus e um ethos incorporados ao longo da formação médica (Menezes, 2001). Um dado curioso consiste no contraste entre as situações descritas e o preconizado pelo ideário paliativista: o estímulo à expressão das emoções de pacientes e familiares, e o subseqüente acolhimento destas pela equipe. Trata-se de um processo de cisão concernente à esfera emocional, efetuado pelos profissionais: por um lado, incitamento à verbalização e demonstração das emoções de pacientes e de seus acompanhantes. Por outro, quanto mais próxima a situação do universo social dos profissionais, maior a necessidade de afastamento dos próprios sentimentos. A expressão de determinadas emoções é estimulada pela equipe, tais como: alegria, tristeza, angústia, desde que dentro de certos limites. O riso ou o choro, expressos em tom de voz mais alto

são, geralmente, censurados pelos profissionais da unidade paliativa. Diante de demonstrações de raiva, revolta ou indignação de pacientes ou de seus familiares geralmente a equipe responde com medidas de controle, como, por exemplo, solicitar a presença do segurança da unidade, seja para conter o sujeito ou 'convidá-lo a se retirar' do hospital. O perigo de uma identificação excessiva se apresenta, o que pode acarretar o comprometimento do bom andamento do trabalho institucional.

52 De certo modo, há uma semelhança entre o movimento de aproximação e distanciamento efetuado pelo profissional de saúde e pelo antropólogo. Para ambos, este movimento é imprescindível. Entretanto, uma diferença é crucial: na investigação etnográfica o pesquisador tem – e deve sempre ter – consciência de seu embricamento no campo. À esfera das emoções é atribuída certa valoração, de acordo com o profissional de saúde. No entanto, seja qual for a especialidade no campo da assistência em saúde – à exceção da psicologia – os sentimentos não constituem, via de regra, objeto de reflexão entre os pares na prática hospitalar.

Considerações finais

53 As escolhas das pesquisadoras em desenvolver uma reflexão acerca de situações nas quais desempenharam duplo papel são consoantes com as críticas elaboradas por Abu-Lughod (1990) à tendência psicologizante e etnocêntrica nas ciências sociais, ao considerar que todos os seres humanos estão comprometidos com a auto-compreensão cotidiana de suas vidas. Considera-se aqui que, seja qual for o objeto de investigação do antropólogo, necessariamente haverá uma articulação com a própria história e subjetividade do pesquisador. Cabe ao antropólogo refletir sobre seu desejo e sua possibilidade de investigar determinada temática. Não se trata aqui de negar as determinações conscientes ou inconscientes em torno da escolha do tema, mas de questionar o uso de interpretações provenientes dos saberes "psi" no campo das ciências sociais, com atribuição de valor diferencial a certos assuntos. A formulação de hierarquias referentes às distintas áreas de investigação antropológica – quando sexualidade, morte, segredo, família, religião e sentimentos no fazer antropológico podem provocar comentários jocosos – evidencia valores correntes de um grupo, em um dado contexto.

54 De acordo com Abu-Lughod (1986), a emoção deve ser analisada como prática discursiva contextualizada. O mesmo pode ser dito no que concerne à escolha do objeto de investigação. As reações dos pares ao exame e estudo de determinadas questões refletem os valores morais associados ao tema. Assim, R. Menezes recebeu comentários como "morbidez", "masoquismo" e sugestões de procurar tratamento psicológico e/ou psicanalítico para "evitar uma depressão", ao investigar a gestão do processo do morrer. À E. Gomes foram dirigidos os seguintes conselhos: "ao invés de pesquisar a família devia fazer psicanálise", "atenção para não ficar muito mobilizada", "cuidado com sua exposição", entre outros. A escolha do objeto de pesquisa foi interpretada, por alguns, apenas como sintoma a ser tratado e não como tema de interesse acadêmico, racional e legítimo. Tal postura acarretou, em diversas ocasiões, certa dificuldade de interlocução intelectual, acerca do assunto em pauta. Questões significativas apontadas nas análises ocupavam uma posição subalterna, em relação à interpretação presumida de um problema pessoal das autoras. Em suma, ambas receberam a sugestão, de seus pares, de buscar atendimento psicanalítico, o que evidencia a preeminência da psicanálise, na visão cosmológica dos antropólogos[15].

55 O desafio antropológico de trabalhar com a própria família extrapola os limites da pesquisa de campo realizada, por exemplo, na cidade, como na Antropologia Urbana. Pesquisar o "próximo" em termos cognitivos, afetivos e espaciais encerra limites do que se designa como familiar, no sentido genérico. O limite se rompe quando a abordagem parte da análise da própria família. No caso de E. Gomes, não somente em relação ao objeto de pesquisa que está próximo, em termos afetivos ou espaciais, como na Antropologia Urbana, ou Antropologia das Sociedades Complexas, mas pelo fato da questão ser a família. Falar da própria família é quase uma heresia, é expor aquilo que há de mais sagrado e pulsante, paradoxalmente, no discurso moderno. É nela que temas mais críticos e privados se ancoram: sexualidade, decisões reprodutivas, segredo, religião. A família como "crucialidade e intensidade próximas a uma religiosidade" estabelece, assim como a religião, mediação entre o público e o privado, como acentua Duarte (2006). Família é lugar de segredo, reduto daquilo em que a sociedade supostamente não interfere ou que não é revelado. Trata-se de universo privado e sagrado. Por esta razão é, por excelência, tabu na sociedade moderna. Observar de "dentro" e expor o que deveria permanecer envolto em névoa, seria uma subversão total do método antropológico que supõe, em alguma medida, a capacidade de estranhar o outro, fazê-lo próximo e, em seguida, distanciá-lo de forma tão precisa para que possa, "de fato", ser conhecido. Por outro lado, não seria uma descrença nos instrumentos adquiridos no "treinamento" e na sensibilidade do trabalho etnográfico?

56 Qualquer imersão no campo traz a possibilidade de emergência de sentimentos – "os hóspedes não convidados da situação etnográfica" (Da Matta, 1978, p. 30). Seja na investigação desenvolvida por E. Gomes em sua rede familiar, seja no retorno de R. Menezes ao campo previamente observado, como parente de doente, as emoções integraram o material de reflexão. O contato com a doença, com o sofrimento e a morte foi, de fato, capaz de gerar angústia na antropóloga/médica. Por ser médica, R. Menezes vivenciou tanto uma familiaridade com o ambiente observado como um estranhamento com as rotinas institucionais. Ambas as pesquisadoras se dedicaram a examinar e refletir sobre sua dupla identidade e as emoções emergentes, a partir desta condição. O pertencimento familiar de ambas foi – e se mantém – objeto de distintas reações, tanto por parte dos sujeitos observados quanto de interlocução acadêmica. No entanto, é possível apontar uma diferença, no que tange à posição das duas antropólogas. Por um lado, os vínculos familiares de E. Gomes com a rede investigada são claramente explicitados, e, por esta razão, provocam debates e controvérsias. Por outra perspectiva, os laços familiares de R. Menezes foram invisibilizados pela equipe de saúde previamente observada, o que evidencia o incômodo com a questão. Conforme referido, abordar a temática da família significa tocar em valores tidos como sagrados, de modo a mobilizar reações em todos os envolvidos, inclusive nas pesquisadoras.

57 Não há dúvidas sobre a possibilidade de transformações no investigador – e nos pesquisados – na imersão no campo e na elaboração de seu texto. Dois antropólogos abordam esta questão, a partir de suas vivências. Renato Rosaldo (1989, p. 11), em pesquisa de campo entre os Ilongotes, vivenciou uma situação radical: o acidente que causou a morte de sua esposa Michelle, também antropóloga. Para ele, o uso de sua experiência pessoal de luto e viuvez serviu como veículo para apreensão da qualidade e intensidade emocional dos sujeitos que investigava. No artigo em que aborda seus sentimentos – e os dos Ilongotes – diante da morte de sua esposa, ele afirma que alguns leitores poderiam reduzir seu texto a uma expressão do processo de luto e da descoberta

do sentimento de raiva possível neste período. Para ele, seu texto contém uma elaboração da perda, uma apresentação da vivência pessoal e, sobretudo, uma análise crítica do método antropológico. Ao investigar a morte, muitos antropólogos eliminam a esfera das emoções, assumindo a posição de um observador distante (Rosaldo, 1989, p. 15). Nestes estudos geralmente os rituais são associados ao processo de luto, e a relação entre ritual e vida cotidiana é ignorada. Ao vivenciar e ultrapassar o período de luto, o antropólogo passou a se posicionar diversamente em relação ao objeto de investigação. O olhar do etnógrafo não podia ser dissociado de suas emoções, e novas reflexões foram então produzidas. Em suas palavras:

> "The notion of position also referes to how life experiences both enable and inhibit particular kinds of insight. In the case at hand, nothing in my own experience equipped me even to imagine the anger possible in bereavement until after Michelle Rosaldo's death in 1981. Only then was I in position to grasp the force of what Ilongots had repeatedly told me about grief, rage, and heahunting." (Rosaldo, 1989, p. 19)

58 A partir da análise de suas emoções no campo – antes e após a morte de Michelle – Rosaldo (1989, p. 21) afirmou que, para empreender uma reflexão antropológica, é preciso levar em conta que os objetos da análise também constituem sujeitos que interrogam criticamente os etnógrafos, com seus textos, sua ética e sua política.

59 Já Dorine Kondo (1990, p. 14), nipo-americana, relata sua transformação ao residir no Japão. Ela era facilmente identificada, pelos "nativos", como "estrangeira" por sua postura corporal, gestos e linguagem. Entretanto, com o tempo de permanência entre famílias japonesas, a antropóloga se deparou com uma imagem refletida e, para sua surpresa, não se reconheceu: via uma típica dona-de-casa, uma mulher caminhando com - a postura característica japonesa (Kondo, 1990, p. 16). Havia incorporado o ethos nativo – que, ao ingressar no campo etnográfico, parecia tão distante e distinto de seu universo. Kondo sentiu medo de não mais emergir deste mundo no qual havia realizado uma imersão. Para ela, este colapso conduziu à percepção das diferenças entre culturas e entre distintos aspectos da identidade: pesquisadora, estudante, filha, mulher, japonesa, norte-americana, nipo-americana. Tanto a fragmentação do self quanto o colapso de sua identidade constituíram resultados da complexa relação entre antropóloga e informantes. A partir da constatação de sua mudança, decidiu retornar aos Estados Unidos. Era preciso se afastar do campo para empreender a análise, escrever o texto e, sobretudo, reescrever a própria identidade (Kondo, 1990, p. 23). A experiência de identificação, fragmentação e auto-transformação demonstraram, para a pesquisadora, os efeitos criativos e conflituosos no jogo de significado e poder, no qual todos os atores sociais envolvidos reescrevem suas identidades.

60 A leitura da produção antropológica pelos informantes ou grupos pesquisados conduz a intensas discussões metodológicas, que abrangem desde a ética em pesquisa até a restituição. Orlandella (2005) expõe a importância do trabalho desenvolvido por William Foote Whyte em "Street Corner Society" para sua vida. Havia sido informante e ajudante de Whyte. Em suas palavras, tinha "esperança de que a pesquisa fosse ajudar as pessoas de fora a entender melhor o que realmente fazia o North End funcionar daquele modo, e quais suas necessidades" (2005, p. 366). Como ajudante do antropólogo aprendeu métodos de pesquisa que foram úteis em sua trajetória profissional e pessoal. "Sim. Bill Whyte deu uma virada completa em minha vida. Ele expandiu meu pensamento, para que eu pudesse apreciar e entender melhor o North End". Os dois se transformaram em grandes amigos: "Conheci Bill e Kathleen quando tinha 20 anos de idade. Dentro de poucos meses terei 62,

e é esse o tempo que vem durando nossa amizade” (2005, p. 377). Os laços gerados em trabalho de campo existem, são os mais diversos, movidos e moldados por simpatias e antipatias. Podem estar ou não expressos na escrita, mas integram o processo reflexivo de qualquer etnografia.

61 E. Gomes e R. Menezes passaram por situações semelhantes quanto à recepção e repercussão de seus textos. Constrangimentos, temores, contentamento, tensão e ambigüidade apresentavam-se na interação com seus interlocutores – todos, de alguma maneira, “próximos” a elas: parentes, informantes ou acadêmicos. Em concordância com Kondo (1990, p. 24), considera-se que a experiência não é oposta à teoria: ela atua e corporifica o referencial teórico[16].

62 Ao decidirem refletir e expor sua análise acerca dos sentimentos envolvidos e a duplicidade de papéis, E. Gomes e R. Menezes afirmam um determinado modo do fazer antropológico que, necessariamente, contém uma reflexividade em torno das identidades, uma vez que esta não é uma categoria fixa. Ela é múltipla, negociável, ambígua. É resultado das diversas interações sociais e culturais, construídas nas diferentes situações. Indo além, diluir os limites entre o público e o privado possibilita acessar e tratar de temas-tabu em contexto dominado por uma vertente ideológica que efetua clara distinção entre indivíduo e sociedade, Razão e Emoção, objetividade e subjetividade.

BIBLIOGRAPHY

ABU-LUGHOD, Lila. ***Veiled Sentiments. Honor and Poetry in a bedouin society***. Berkeley & Los Angeles: University of California Press, 1986.

ABU-LUGHOD, Lila. 1990. “Shifting Politics in Bedouin Love Poetry”. In ABU-LUGHOD, Lila e LUTZ, Catherine (orgs.), ***Language and the Politics of Emotion***. New York: Cambridge University Press.

BARBOSA, Lívia N. H. “O jeitinho, ou a arte de ser mais igual que os outros”. ***Ciência Hoje***, 7 (42), 1988.

BOURDIEU, Pierre. ***Esboço de auto-análise***. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

CLIFFORD, James. ***A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX***. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

COELHO, Maria Claudia. “A Compreensão do Outro: ética, o lugar do ‘nativo’ e a desnaturalização da experiência”. In: REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, XXV, 2006. (cd-rom)

CRAPANZANO, Vincent. “Diálogo”. ***Anuário Antropológico 88***, Brasília, p. 59-80, 1991.

CRAPANZANO, Vincent. “Réflexions sur une anthropologie des émotions”. ***Terrain***, 22 mars 1994, p. 109-117.

DA MATTA, Roberto. O ofício de etnólogo, ou como ter ‘anthropological blues’. In: NUNES, E. O. (org.) ***A Aventura Sociológica***. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

DA MATTA, Roberto. ***Carnavais, Malandros e Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro***. Rio de Janeiro: Guanabara, 1990.

DUARTE, L. F. D. “O Sacrário Original. Pessoa, Família e Religiosidade”. ***Religião e Sociedade***, Rio de Janeiro, 26(2), p. 11-39, 2006.

DUARTE, L. F. D.; GOMES, Edlaine C.; JABOR, Juliana; & LUNA, Naara. "Família, Reprodução e Ethos Religioso – subjetivismo e naturalismo como valores estruturantes". In DUARTE, L. F. D.; HEILBORN, M. L.; LINS DE BARROS, M.; PEIXOTO, C. – orgs.). ***Família e Religião***. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2006b.

DUARTE, Luiz Fernando Dias, GOMES, E. C. ***Três famílias. Identidades e Trajetórias Transgeracionais nas Classes Populares*** (no prelo). Rio de Janeiro: FGV, 2008 p.285.

FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. ***Cadernos de Campo***, São Paulo, ano 14, n. 13, 155-161, 2005.

GEERTZ, Clifford. ***Works and Lives: The Anthropologist as Author***. California: Stanford, 1983.

GOMES, Edlaine de Campos. ***A ‘Era das Catedrais’ da IURD: a autenticidade em exibição***. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) PPCS/UERJ, Rio de Janeiro, 2004.
GOMES, Edlaine de Campos. Família e Trajetórias Individuais em Contexto Religioso Plural. In DUARTE, L. F. D.; HEILBORN, M. L.; LINS DE BARROS, M.; PEIXOTO, C. – orgs.). ***Família e Religião***. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2006a.

GOMES, Edlaine de Campos. Morte em família: ritos funerários em tempo de pluralismo religioso. ***Revista de Antropologia*** (USP), v.49, p.731 - 754, 2006b.

GOMES, E. C. "Parente não é família: conjugalidade e tensões entre 'irmãos de sangue' e 'irmãos de fé'", 30º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 2006c (Cd-rom)

GOMES, Edlaine de Campos.Os escolhidos da técnica: a difícil arte de ser "viável". Rio de Janeiro: Physis: ***Revista de Saúde Coletiva***, v.27/1, p. 193-197, 2007.

KONDO, Dorinne K. ***Crafting Selves. Power, Gender, and Discourses of Identity in a Japanese Workplace***.Chicago, London: The University of Chicago Press, 1990.

MAGNANI, José Guilherme C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. ***Revista Brasileira de Ciências Sociais***, vol 17, n. 49 - São Paulo, junho de 2002.

MALINOWSKI, Bronislaw. ***Um diário no sentido estrito do termo***. Rio de Janeiro: Record, 1997.

MAUÊS, Raymundo Heraldo. "Morte moderna" e "morte contemporânea": formas distintas e contemporâneas de expropriação. ***Physis***vol.16 no.2 Rio de Janeiro 2006

MENEZES, Rachel Aisengart. Etnografia do ensino médico em CTI. ***Interface: comunicação, saúde, educação***. Botucatu, 2001, n. 9, p. 117-132, ago.2001

MENEZES, Rachel Aisengart. ***Em busca da boa morte. Antropologia dos Cuidados Paliativos***. Rio de Janeiro: Fiocruz/Garamond, 2004.

MENEZES, Rachel Aisengart. Profissionais de saúde e a morte: emoções e formas de gestão. ***Teoria e Sociedade***, Belo Horizonte, 2005, n. 13.1, p. 200-225, janeiro/junho 2005.

MENEZES, Rachel Aisengart. ***Difíceis decisões. Etnografia de um Centro de Tratamento Intensivo***. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

ORLANDELLA, Ângelo Ralph. O impacto Whyte sobre um Underdog. In WHYTE, William Foote. ***Sociedade de Esquina***. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

PEIRANO, Mariza. Antropologia no Brasil: alteridade contextualizada. In: MICELI, Sérgio. ***O que ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995), Antropologia***. São Paulo: Editora Sumaré: ANPOCS; rasília, DF: CAPES, 1999.

RODOLPHO, Adriane Luisa. “Sobre as ‘gafes’ e as inviabilidades no trabalho de campo: dilemas de ética e possibilidades de metodologia de pesquisa”. In: REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, XXV, 2006, CD.

ROSALDO, Renato. ***Culture & Truth. The remaking of social analysis***. Boston: Beacon Press, 1989.

SILVA, Vagner Gonçalves. ***O Antropólogo e sua Magia***. São Paulo: Edusp, 2006.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira. ***A Aventura Sociológica***. Rio de Janeiro, Zahar Editores: 1978.

ZONABEND, Françoise. “De l’objet et de sa restitution en anthropologie”. ***Ghradiva***, 16, 1994: 10.

NOTES

1. A autora destaca duas acepções de “empatia”: 1. experimentar de forma indireta as sensações, percepções e pensamentos do outro, pressupondo uma distância; e 2. como comunhão afetiva (Favret-Saada, 2005, p.158-59). Deixar-se afetar abre um tipo específico de comunicação involuntária, desprovida de intencionalidade, verbal e não verbal. Este é o primeiro traço distintivo da modalidade de etnografia proposta, uma vez que se deve reconhecer que a comunicação etnográfica “ordinária” – por ser verbal, intencional e voluntária – é uma das variedades mais pobres da comunicação humana (Favret-Saada, 2005, p. 160).
2. De acordo com a autora, quando os antropólogos nacionais “procuram a alteridade” no próprio país, o foco se direciona mais pela diferença do que pelo exotismo.
3. Muitas das reflexões também são decorrentes das discussões realizadas no GT Ética em Pesquisa (ABA, 2006), coordenado por Rachel Aisengart Menezes e Octavio Bonet, no qual Edlaine de Campos Gomes atuou como debatedora
4. E. Gomes pertence a um ramo socialmente ascendente de uma das três redes familiares investigadas que integram o livro intitulado “Três famílias. Identidades e Trajetórias Transgeracionais nas Classes Populares (2008, no prelo), em co-autoria com Luís Fernando Dias Duarte. A pesquisa foi financiada pela Fundação Ford. As reflexões aqui apresentadas são resultado deste trabalho conjunto, sem o qual a experiência de pesquisa, tão singular, não seria possível.
5. “Pentecostalismo e Comunicação, em 1990, sob a coordenação do Prof. Francisco Cartaxo Rolim, à época atuou como bolsista de Iniciação Científica do CNPq.
6. A exposição pública dos resultados da pesquisa gerou outra situação marcante, do ponto de vista da recepção do texto de E. Gomes. A pesquisadora recebeu um e-mail de um rapaz de Goiás que teve acesso ao artigo "Família, sexualidade e trajetória em contexto religioso plural" (2006), à época apresentado no VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro. Comparava-se ali como determinado núcleo familiar, vinculado aos Testemunhas de Jeová, se distinguia dos demais, pelo constante "falar sobre sexo", embora o tema fosse considerado proibido e impuro. O interlocutor apresentou-se como gay e integrante dessa confissão religiosa. Apesar de elogiar o artigo, disse não se sentir retratado na análise, pois recebia compreensão e afeto da família. Foi explicado para ele que a intenção do artigo era justamente evidenciar a possibilidade de adequações, passagens e interpretações pessoais, mesmo entre aqueles que integram confissões religiosas "fundamentalistas", principalmente quando estão em jogo relações familiares. A interlocução gerou duas sensações na antropóloga: por um lado, sentiu grande satisfação por alguém "de fora"

da academia ter lido o trabalho; por outro, percebeu o alcance e, cada vez mais, a necessária seriedade para a realização do ofício antropológico. Ponto importante para nossa atual análise é o impacto da escrita e as possibilidades de acesso dos "nativos" às análises elaboradas. Ver também: Gomes (2006b) http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77012006000200008&lng=en&nrm=iso e Gomes (2006c).

7. Estas reflexões foram inicialmente formuladas no texto "O retorno do objeto de investigação: dilemas para o pesquisador", apresentado no Grupo de Trabalho 40, "Ética em pesquisa e trabalho de campo: dilemas e possibilidades", na VII Reunião de Antropologia do Mercosul, coordenado por María Epele e Rachel Aisengart Menezes, em julho de 2007. Agradeço à Adriana Vianna a interlocução sobre o tema e a Octavio Bonet seus comentários, como debatedor, por ocasião da apresentação neste GT.

8. Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva do Instituto de Medicina Social da UERJ, sob orientação do Prof. Sérgio Carrara.

9. A proposta dos Cuidados Paliativos surgiu no final dos anos 1960 na Inglaterra e na década seguinte nos Estados Unidos e Canadá. No Brasil, o primeiro hospital especificamente dedicado a esta modalidade assistencial – observado por R. Menezes – foi fundado em 1998. A Medicina Paliativa é uma especialidade oficializada em diversos países, como Inglaterra, Estados Unidos, Canadá, Austrália, Itália, entre outros, mas não é reconhecida no Brasil, até o momento. À ocasião da investigação ainda era pouco difundida entre os próprios profissionais de saúde. Nos Cuidados Paliativos a idéia central refere-se à qualidade de vida no último período de vida, em oposição a uma prática médica que busca estender a vida, às custas de sofrimento para o doente e seus familiares.

10. Mestrado em Saúde Coletiva no Instituto de Medicina Social/UERJ, sob orientação do Prof. Sérgio Carrara. A dissertação de mestrado deu origem ao livro Difíceis decisões. Etnografia de um centro de tratamento intensivo (Menezes, 2006). Sobre este livro ver resenha de Gomes (2007), disponível no site http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312007000200011&lng=en&nrm=iso

11. O tema da restituição de trabalhos etnográficos aos sujeitos investigados, apesar de relevante para muitos pesquisadores, é pouco abordado. Em concordância com Rodolpho (2006) e Zonabend (1994: 10), por vezes o etnólogo pode ser percebido pelos entrevistados como um tipo de "décepteur du social", expressão que contém um jogo entre duas palavras: devolução e decepção. A devolução está presente – implicitamente – desde o ingresso no campo de observação, o que foi constatado pelas inúmeras perguntas dos profissionais observados sobre a data da apresentação dos dados da pesquisa e da defesa da tese. De acordo com Coelho (2006: 8), "no fundo o projeto etnográfico é dizer do outro aquilo que ele não sabe de si". Podemos acrescentar a esta afirmação que o interesse é do pesquisador e da antropologia, e talvez não tenha relevância alguma para o sujeito da investigação. É possível também aventar a possibilidade de existência de dúvida, desejo e/ou temor do sujeito constituir objeto de uma investigação.

12. Sobre a publicação: Maués (2006)

13. A referência ao livro de R. Menezes não foi exclusiva de seu primo. Pouco após o lançamento da publicação, a pesquisadora recebeu um e-mail de um leitor, interessado em conversar com ela. Tratava-se de um portador do HIV, intelectualizado e psicanalisado, pertencente a camadas médias, com uma postura crítica em relação ao dispositivo médico. Autora e leitor mantiveram contato por correio eletrônico e por telefone. Inicialmente ele desejava trocar idéias sobre a conduta dos médicos. Após certo tempo explicitou sua questão central: buscava ajuda para alcançar uma "boa morte" e considerava que ela poderia auxiliá-lo nesta empreitada. A partir dos esclarecimentos de R. Menezes sobre sua posição e os objetivos da pesquisa, ele não mais a procurou. A repercussão do livro causou, portanto, indagações, seja no que se refere a seu uso pelos paliativistas, seja no que concerne aos objetivos de enfermos e de familiares envolvidos com doença terminal.

14. A dor e o uso de medicação antálgica é um dado relevante nos Cuidados Paliativos, pois um princípio central do ideário paliativista consiste em uma assistência dirigida a minorar os sintomas, de modo que o doente possa ter, dentro do possível, um controle de sua vida e tomar decisões. Um paradoxo apresenta-se, a partir destes princípios: para manter controle sobre a própria vida, o enfermo deve estar consciente. No entanto, com o avanço da doença, geralmente há muita dor, e a morfina é utilizada, o que acarreta alteração da consciência, delírio e alucinações. Como exercer a autonomia quando há perda do contato com a realidade?
15. Vale lembrar que uma das autoras é psicanalista. A valorização da psicanálise não se restringe ao universo profissional brasileiro. Em outro sentido, um antropólogo norte-americano considera o tratamento psicanalítico um requisito indispensável para a entrada em campo etnográfico (Rosaldo, 1989: 8): "one influential anthropological, Clyde Kluckhohn, even went so far as to recommend a double initiation: first, the ordeal of psychoanalysis, and then that of fieldwork". Esta proposta se refere a um preparo o mais amplo possível do etnógrafo antes de iniciar a pesquisa, uma vez que não é possível prever o que o pesquisador encontrará no campo de observação. Deste modo, o saber antropológico ficaria subsumido ao saber psicanalítico.
16. Cabe ressaltar as reações dos pares, a partir da apresentação do trabalho "Emoções do antropólogo em campo: a etnografia em questão", no GT Antropologia das Emoções, coordenado por Maria Cláudia Coelho e Octavio Bonet, no Encontro Anual da ANPOCS, em 2007. Os comentários se referiram à exposição das autoras – tidas como "corajosas" –, à relevância do tema ou, ainda, ao "despropósito" da comunicação.

AUTHORS

EDLAINE DE CAMPOS GOMES

CEM/CEBRAP

RACHEL AISENGART MENEZES

Professora visitante, Depto. de Ciências Sociais/UERJ